



Assembleia de Freguesia da União de Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira

Acta nº 13

Aos dezasseis dias do mês de Junho de dois mil e vinte, reuniu a Assembleia de Freguesia da União de Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira, no salão da Junta de Freguesia da Baixa da Banheira, com a presença de 50% dos seus eleitos, por acordo entre as forças políticas representadas na Assembleia devido à pandemia covid19. Assim, estiveram presentes os seguintes autarcas: José Vieira, Vítor Barata, Diamantino Cabrita, Ricardo Fernandes e Sandra Gonçalves pela CDU, Daniel Justo, Luís Ricardo e João Profano pelo PS, Paulo Alfama pelo BE e Rachid Djaló pelo PSD, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1- Apreciação e votação da acta nº 12;
- 2- Apreciação e votação do relatório de avaliação do cumprimento do direito da oposição do ano de 2019;
- 3- Apreciação e votação do relatório e contas de 2019;
- 4- Apreciação e votação da 1ª revisão orçamental;
- 5- Apreciação e votação do inventário e património;

- 6- Apreciação e votação do plano excepcional de apoio ao movimento associativo popular e instituições particulares de solidariedade social;
- 7- Apreciação e votação do protocolo entre a Junta de Freguesia e a ERA-Constituição de base de dados de actividades económicas da Vila da Baixa da Banheira;
- 8- Actos da Junta;

Depois de apresentar os autarcas participantes na sessão da assembleia e de lhes solicitar que assinassem a declaração de cedência de direito de imagem e de som, dado que a sessão seria gravada e transmitida pela Baixa da Banheira TV, não havendo público na sala e tendo sido dado conta do expediente o Sr. Presidente da Assembleia perguntou se havia documentos a apresentar

O autarca Diamantino Cabrita (CDU) apresentou uma moção “ combate à pandemia covid19

O autarca Daniel Justo (PS) intervém para saudar todos os trabalhadores que lutam contra a pandemia, mas também aqueles que estão doentes. Lamenta que no mercado levante não haja desinfectante nem controlo à entrada, denunciou ainda os ajuntamentos junto à igreja, no parque Zeca Afonso e à entrada da Caixa Geral de Depósitos na Estrada Nacional e interroga-se sobre a acção da polícia. Continuou dizendo que na Rua 1º de Maio há cafés que não cumprem as regras e terminou dizendo que com o mercado levante a funcionar a 100% tem que haver controlo.

O autarca Luís Ricardo (PS) diz ter verificado que não há fiscalização e que a própria polícia não dá o exemplo “todos ao

monte sem máscaras nem viseiras”. Disse também que vamos todos que reaprender a viver zelando por nós e pelos outros e diz que nos restaurantes tira-se a máscara para comer mas não como deve ser.

O autarca Paulo Alfama (BE) diz que é natural que a Junta de Freguesia não estivesse preparada para gerir os efeitos desta pandemia em matéria de recursos para limpeza das Ruas, sendo a Rua 1º de Maio o melhor exemplo mas acrescentou que a Junta e os seus trabalhadores, vão aprendendo a lidar com a situação. Terminou dizendo estar de acordo com a moção.

O autarca Vítor Barata (CDU) diz que ninguém estava preparado para tal situação, que não é nada fácil e saúda a Junta e os seus trabalhadores segundo a moção. Quanto à Rua 1º de Maio diz que até mesmo a polícia não consegue por mão naquilo e na Caixa Geral de Depósitos já antes da pandemia havia filas para atendimento e vão continuar mesmo depois da pandemia. Terminou agradecendo o trabalho feito pelo executivo e os seus trabalhadores e acha que há situações que podem ser melhoradas.

O autarca Ricardo Fernandes (CDU) diz que esta pandemia trouxe situações para as quais ninguém estava preparado, que as diversas entidades tentam resolver e as autarquias tiveram que reorganizar serviços dando o melhor de si para a comunidade. A autarquia vai dando conhecimento aos trabalhadores, que vão respondendo às necessidades da população.

Posta à votação a moção “*combate à pandemia covid19*” foi aprovada por unanimidade.

O autarca Paulo Alfama (BE) apresentou um voto de saudação ao 25 de Abril e ao 1º de Maio.

O autarca Luís Ricardo (PS) denunciou a falta de clareza como exigem aos trabalhadores em lay off deslocações e horários, onde os direitos dos trabalhadores não são respeitados.

O autarca Diamantino Cabrita (CDU) diz estar de acordo com a moção e concorda também com a intervenção do autarca Luís Ricardo e acrescenta que temos que exigir ao governo que faça o necessário, para que os direitos dos trabalhadores sejam respeitados.

Posto à votação o voto de saudação ao 25 de Abril e ao 1º de Maio foi aprovado por unanimidade.

O autarca Paulo Alfama (BE) apresentou uma recomendação “ Pela regulamentação e implementação do suplemento de insalubridade, penosidade e risco na administração local “ que posta à votação foi aprovada por unanimidade.

Ordem do dia

1.-Apreciação e votação da acta nº12

Não havendo intervenções a acta nº12 foi aprovada por unanimidade.

2.-Apreciação e votação do relatório de avaliação do cumprimento do direito da oposição do ano de2019

O Presidente do Executivo Nuno Cavaco intervém dizendo que sobre o relatório a Junta cumpriu com as suas obrigações.

O autarca Daniel Justo (PS) intervém para dizer que o relatório não tem que ser votado.

O autarca Paulo Alfama (BE) diz que o relatório sempre foi votado.

Como o relatório sempre foi votado o Sr. Presidente da mesa pôs o documento à votação e foi aprovado com 5 votos a favor CDU, 1 voto a favor BE, 1voto a favor PSD, 2 votos contra PS e 1abstenção PS.

3.-Apreciação e votação do relatório e contas de 2019.

A autarca Helena Mira (CDU) faz uma breve apreciação generalizada e passa a palavra à senhora funcionária Paula Batalha para uma mais detalhada explicação do documento.

O autarca Daniel Justo (PS) começa por agradecer a explicação da senhora funcionária Paula Batalha dizendo que sobre as contas não há nada a dizer. O problema está na maneira como são geridas as verbas, com a qual não estou de acordo disse. Disse ainda que para o ano não vai haver saldo positivo, que o mercado levante tem uma grande despesa com vigilância e a verba investida no parque foi pequena. Sem pôr em causa a gestão da comissão de festas, acha que devia haver um relatório de contas da comissão de festas porque se trata de muito dinheiro dos impostos da população.

O autarca João Profano (PS) não concorda com o orçamento e pergunta porque é que o mobiliário urbano e os espaços públicos têm um valor tão baixo? Diz ainda que nem sequer sabemos o valor patrimonial dos imóveis.

O autarca Diamantino Cabrita (CDU) diz que as contas estão bem feitas e estão dentro dos objectivos propostos pela CDU diz também que os parques e jardins são da responsabilidade da C.M. Moita e que a despesa com o pessoal não é exagerada, pelo contrário.

O autarca Paulo Alfama (BE) agradece a explicação da senhora funcionária Paula Batalha e concorda com o Diamantino Cabrita dizendo que na despesa com o pessoal devia de haver um aumento, para apoio aos trabalhadores assim como ao movimento associativo.

O autarca João Profano (PS) diz que quando se refere aos jardins e espaços públicos, não se refere à gerência da C.M. Moita mas sim a bancos de jardim danificados que necessitam reparação, por exemplo aqueles que estão na zona envolvente da igreja.

O autarca Daniel Justo (PS) diz ao autarca Diamantino Cabrita que temos que ver os protocolos assinados com a C.M. Moita e acusa-o de fazer sempre oposição ao governo.

A autarca Helena Mira (CDU) intervém agradecendo ao Diamantino Cabrita pela sua intervenção sobre o pessoal e diz que o dinheiro gasto não é só em vigilância do mercado Levante, há também o apoio ao movimento associativo e outras rúbricas de apoio. Quanto à comissão de festas, não esqueçamos que se realizam duas festas, as da Baixa da Banheira e as do Vale da Amoreira. Sobre os espaços que são da responsabilidade da C.M. Moita, diz que os autarcas Daniel Justo e João Profano ambos do PS, deviam conhecer quais os protocolos que temos com a C.M. Moita.

O Presidente do Executivo Nuno Cavaco intervém para dizer que há sempre quem faça sempre as mesmas perguntas. Considera que a gestão da autarquia é boa, que o governo não cumpre e que os trabalhadores ganham pouco. Continuou agradecendo aos escuteiros pelo trabalho que fazem em prol da comunidade, entre outros os arranjos de bancos. Diz que o mercado levante não é feito para dar dinheiro, mas sim para ajudar a escoar os produtos locais. Diz também que não houve condições para realizar certos trabalhos devido à pandemia, porque alguém tinha que levar comida aos infectados e outros estavam em casa. Sobre a comissão de festas diz que é autónoma e as suas contas são apresentadas publicamente. A comissão de festas não gere dinheiro público e tem escrita própria feita por um contabilista. Diz que o movimento associativo é apoiado de diversas maneiras. Diz que era para ser feito um parque infantil, mas que não houve oportunidade, mas considera que o esforço dispensado na manutenção das escolas primárias, devia merecer um voto de confiança por parte do PS.

O autarca Vítor Barata (CDU) considera que é muito pouco uma só pessoa a tempo inteiro no executivo, para gerir uma autarquia com 26000 eleitores.

O autarca Daniel Justo (PS) diz que como o relatório é sempre igual, logo as perguntas são sempre as mesmas e pergunta quem é que aprova o relatório de contas da comissão de festas, não vendo também qual o problema da comissão de festas, dar um relatório a cada força política.

O Presidente do executivo Nuno Cavaco diz que o autarca Daniel Justo está a ofender as pessoas da comissão de festas e que deveria vir a uma reunião da comissão de festas, para ver o relatório de contas. Acrescenta que o autarca Daniel Justo gosta de provocar, mas nunca veio a uma reunião da comissão de festas. Informou que as licenças das duas festas custam 5000 euros e os seguros também são muito caros. Terminou dizendo que tem que haver respeito pela comissão de festas.

O autarca Daniel Justo (PS) diz que o Sr. Presidente do executivo é mentiroso.

O autarca Diamantino Cabrita (CDU) diz que é de saudar as associações e que não há obrigação de dar o relatório de contas às forças políticas

Posto à votação o Relatório e Contas foi aprovado com 5 votos a favor CDU, 1 voto a favor PSD, 2 votos contra PS, 1 abstenção PS e 1 abstenção BE.

O autarca Luís Ricardo (PS) diz abster-se, porque não põe em causa contas que estão certificadas, apesar de cada um ter as suas próprias visões. Quanto a este cenário não é favorável e antigamente diz ter pertencido a uma comissão de festas, que tinha muitos apoios e nunca ninguém pediu contas umas vezes com saldo positivo outras com saldo negativo. Não há obrigação para apresentação de contas. Não vale a pena este tipo de discussão, dando o benefício da dúvida a quem gere as contas.

O autarca Daniel Justo (PS) lê uma declaração de voto que aqui fica transcrita na íntegra.

Declaração de voto

A apresentação das contas é um acto meramente contabilístico, pelo que se depreende que as mesmas estão correctas e de acordo com as normas estabelecidas pelo POCAL e devidamente certificadas.

Verifica-se que o documento apresentado reflecte a continuidade da inexistência de medidas estruturantes que levem ao relançamento da economia local e da implementação da tão proclamada dinâmica e competitividade da nossa freguesia, bem como da melhoria em geral, dentro das suas competências e obrigações, das condições de vida da população.

O voto desta bancada é um voto político de quem não concorda com as opções políticas e não quer ser cúmplice de políticas erradas que mantêm esta freguesia na cauda na qualidade de vida e do desenvolvimento da área metropolitana de Lisboa sobretudo quando comparada com as freguesias dos concelhos limítrofes.

Pelo exposto para os membros do partido socialista nesta assembleia o seu voto não pode ser outro senão contra este relatório de contas 2019 e contra a ineficácia desta política que sem precedente digno compromete o desenvolvimento da nossa freguesia

Baixa da Banheira, 16 de Junho de 2020

Os eleitos do partido socialista.

4.-Apresentação e votação da 1ª Revisão Orçamental.

A senhora funcionária Paula Batalha deu uma explicação detalhada do documento, que foi aceite com agrado por toda a assembleia.

O autarca Daniel Justo (PS) diz que o executivo ponderou sobre o valor para os parques e jardins.

Posta à votação a 1ª Revisão Orçamental foi aprovada com 5 votos a favor CDU, 1 voto a favor BE, 1 voto a favor PSD e 3 abstenções PS

5.-Apreciação e votação do Inventário e Património.

O Presidente do executivo Nuno Cavaco esclarece que os edifícios são da Câmara e que estes estão no inventário municipal.

O autarca João Profano (PS) diz que tem que haver património, quer seja bandeiras ou canetas. Tem que haver registos porque se eventualmente vier outra força política não sabe o que existe. Continuou dizendo que o núcleo museológico tem que se reger pelas leis do património cultural. Diz ainda que andou a pesquisar e não encontrou nada. Isto tem que ser agarrado por alguém.

O Presidente do executivo Nuno Cavaco diz ao autarca João Profano, que o núcleo está ali a funcionar com voluntários, que é único e que não pode ser comparado com outras coisas.

O autarca João Profano (PS) diz que tem que se preservar a memória colectiva do povo.

O autarca Luís Ricardo (PS) diz que os bens inventariados são aqueles que têm valor.

Posto à votação o Inventário e Património foi aprovado com 5 votos a favor CDU, 1 voto a favor BE, 1 voto a favor PSD, 1 voto contra PS e 2 abstenções PS.

O autarca João Profano (PS) fez uma declaração de voto dizendo que existe carência sobre o assunto.

6.-Apreciação e votação do Plano excepcional de apoio ao movimento associativo popular e instituições particulares de solidariedade social.

O autarca Jorge Silva (CDU) esclarece o ponto dizendo que devido à pandemia o associativismo está com grandes dificuldades e por isso as verbas que deveriam ser canalizadas para as festas servem para apoiar o associativismo e as IPSS. Diz ainda que o governo não teve sensibilidade para tomar medidas de apoio às associações.

O autarca Luís Ricardo (PS) diz que já tinha comentado nesse sentido e acha que devia saber-se qual o valor atribuído para cada lado, para que não haja dúvidas futuramente.

O autarca Ricardo Fernandes (CDU) acha que no formulário de candidatura para beneficiar do apoio deveria ser incorporado cultura.

O autarca Diamantino Cabrita (CDU) diz que existem 30000 colectividades confederadas que representam centenas de milhares de crianças e que só pode concordar com o apoio, já que o governo não teve a sensibilidade de as apoiar.

O autarca João Profano (PS) diz ser de louvar esta iniciativa do executivo da Junta, mas gostava de ver esclarecida a maneira como vai ser distribuído o apoio.

O autarca Paulo Alfama (BE) acha que é bem vista esta iniciativa, porque as instituições foram fortemente penalizadas. Diz que vai reunir com o seu partido e irá reforçar esta questão. Diz ainda que está de acordo com a proposta, mas que tem de ser complementada.

O autarca Daniel Justo (PS) diz estar de acordo e é de louvar. Continuou dizendo que dependemos das colectividades, mas há quem mereça e quem não mereça e o governo não pode ir atrás de conversas. Pergunta depois qual a verba que vai ser distribuída e qual o apoio que a federação vem dar às colectividades.

O autarca Vítor Barata (CDU). Considera excelente iniciativa do executivo da Junta. Diz conhecer o trabalho que existe nas colectividades e lamenta a lentidão do governo em apoiar as associações, que neste momento sofrem os efeitos da pandemia.

O autarca Diamantino Cabrita (CDU) diz que a confederação não tem fundos para ajudar as colectividades.

O Presidente do executivo Nuno Cavaco intervém para dizer que esta proposta não necessitava vir à assembleia. Queremos que aqueles que têm mais actividades devem ter mais apoios e só não apoiamos mais, porque gastámos muito dinheiro com a pandemia. Disse que o governo não apoia o associativismo, mas dá 2 milhões de euros ao Novo Banco. Podemos agradecer às colectividades a

qualidade de vida que temos. Existe uma série de colectividades que são de realçar pelo que dão à comunidade.

O autarca Luís Ricardo diz que o associativismo gera emprego e deve ser apoiado, mas somos todos desgraçadinhos e o estado não deve quebrar quanto às instituições.

Posto à votação o Plano excepcional de apoio às colectividades foi aprovado por unanimidade.

7.-Apreciação e votação do protocolo entre a Junta de Freguesia e a ERA-Construção de bases de dados de actividades económicas da vila da Banheira.

O Presidente do executivo Nuno Cavaco diz que se trata de um projecto caro, que nunca se conseguiu fazer e a ERA quer fazer uma parceria com a Junta. A Junta de Freguesia vai suportar com 2000 euros para a plataforma. Obriga a que se utilize sempre a base de dados.

Posto à votação o protocolo entre a Junta de Freguesia e a ERA foi aprovado com 5 votos a favor CDU, 2 votos a favor PS, 1 voto a favor BE, 1 voto a favor PSD E 1 abstenção PS.

8.-Actos da Junta

O Presidente do executivo Nuno Cavaco Falou do documento, de situações e acções da Junta para melhorar a qualidade de vida da população. Falou da dificuldade em lidar com os efeitos da pandemia para a qual ninguém estava preparado, mas que com mais ou menos dificuldade, o executivo e os seus trabalhadores, deram o melhor possível para minorar os efeitos da pandemia.

O Autarca Daniel Justo (PS) falou do que seria a melhor maneira de fazer chegar máscaras à população

O autarca Luís Ricardo (PS) agradece ao Presidente do executivo Nuno Cavaco achando que quando há problemas o melhor é contactar a Junta.

O autarca João Profano (PS) falou de diversos problemas entre eles, um muro na praceta Francisco Lázaro, de carros mal estacionados que mesmo quando dificultam a acção da polícia esta não actua. Falou também da falta de iluminação na Rua Carlos Santos Costa. Continuou dizendo que não há incentivos ao empreendedorismo por parte da Junta de Freguesia e da C. M. Moita.

O Presidente do executivo Nuno Cavaco diz que o problema da iluminação está a ser vista, acha que as máscaras nas caixas do correio seria um desperdício, que não conseguimos pôr a Baixa da Banheira no facebook e disse que a ponte Barreiro-Chelas criaria investimento.

A Secretária Sandra Gonçalves leu a minuta da acta que foi aprovada por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar o Sr.. Presidente da Assembleia deu por terminada a sessão.